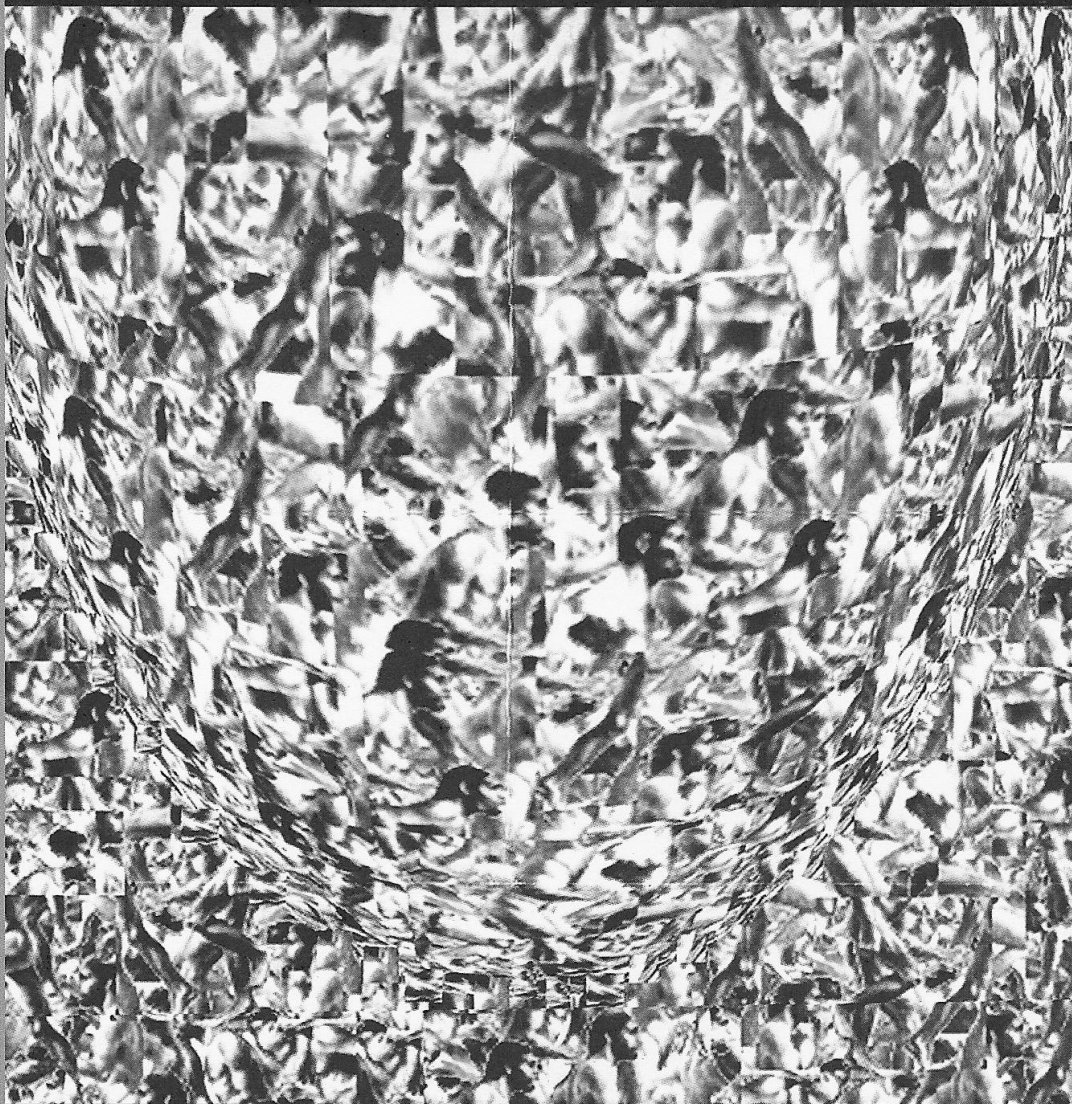


A História Tal Qual se Faz



Edições Colibri

•
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COIMBRA EM TEMPOS MEDIEVAIS (SÉCULOS XIV-XV)

Maria Helena da Cruz Coelho

Universidade de Coimbra

Na história de Coimbra a haver, discutir-se-á, certamente, se esta cidade tem sido estudada mais como uma história local de “per si” ou mais como uma “imagem local de um território nacional”¹.

Sede de um Estudo Geral, já em séculos medievais, será Coimbra indelevelmente cidade universitária a partir de Quinhentos. E esta osmose – sua fama e proveito (ou desproveito?) – marcou-lhe a sua identidade cultural. Haverá que ponderar então quanto da sua memória foi resgatada do esquecimento por “homens de fora”, que eventualmente de dentro se tornaram ao tomarem-na como a sua “pequena pátria” de residência, trabalho e família, e por profissionais da História, suplantando talvez os amadores e autodidactas², ainda que ambos seduzidos por esse mesmo gosto de ancorar os barcos do futuro em mares arados de passado.

A proposição inicial terá igualmente de ser equacionada porque Coimbra foi sempre centripetamente uma *civitas*, e em algumas centúrias mesmo capital do reino, enquanto centrifugamente foi cidade-termo, englobando a dualidade do urbano e concelhio dominando o rural e comunal, nela se entretecendo, em unicidade, uma história local, regional e nacional.

O que acabaram de ouvir assim o demonstrou.

Para o que se agora segue o corroborar.

¹ António de Oliveira, “Da história das pátrias à história local”, in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 20.

² Este é justamente um dos vectores da renovação da história regional e local na historiografia recente, como o afirma José Maria Amado Mendes, “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”, in *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 422-423.

Se a cidade do Mondego deixou de ser capital de Portugal em meados de Duzentos, jamais os monarcas a relegaram. Forçoso era, pelo seu posicionamento estratégico na rede viária e pela sua dinâmica socioeconómica, que os soberanos nela estanciassem durante a sua itinerância, como o fizeram significativamente D. Dinis até 1317, depois seu filho Afonso IV e sobremaneira seu neto D. Pedro, que amou a cidade onde vivia a sua bela Inês. D. Fernando muito pousou em Coimbra e seus arredores, nos seus percursos de guerra, e D. João I não esqueceu a cidade em que se fez rei até preferir, a partir da década de vinte do século XV, a área do Tejo e terras do Sul. Com o infante D. Pedro Coimbra será sede do seu ducado e palco de muitos dos seus desideratos nacionais e internacionais em tempos de regência³.

Este alçamento de Coimbra ao protagonismo nacional ocorreu por entre cenários políticos de guerra ou paz.

No longo e pacífico reinado de D. Dinis, quando, porém, as facções políticas se radicalizaram, Coimbra foi atingida. O enfrentamento entre o rei e seu herdeiro, por causa do favoritismo régio, na perspectiva do infante, pelo seu filho bastardo e seu mordomo-mor Afonso Sanches, teve repercussões na cidade do Mondego. Entre finais de Dezembro de 1321 e Fevereiro de 1322, Afonso está a tomar Coimbra e Montemor-o-Velho, apossando-se depois de Gaia, Feira e Porto, sendo apenas travado, na sua progressão nortenha, pela resistência de Guimarães⁴. Não se fez esperar a resposta do monarca e “dom Denis... veo-se deitar sobre Coimbra. E chegou i o primeiro dia de Março, em Coreesma, e fez muito estrago, e o arravalde todo foi estragado. E derribarom as casas, e filharom muito pam e muito vinho e muito azeite, e danaram todo o campo, que era semeado de pam novo, e cortaram todos os olivae, tambem d’aaquem como d’aalem”⁵. D. Dinis castigava a cidade que Isabel preferia, como preferiria um filho legítimo a um bastardo. Mas seria justamente a intervenção da rainha e do conde D. Pedro que fez levantar o cerco real e conduzir às

³ Para maior explicitação destes dados leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo”, *Biblos*, vol. LXVIII, Coimbra, 1992, pp. 340-341 e “O Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, *Biblos*, vol. LXIX, Coimbra, 1993, pp. 46-47.

⁴ Sobre este conflito veja-se José Antunes, António Resende de Oliveira, João Gouveia Monteiro, “Conflitos políticos no reino de Portugal entre a reconquista e a expansão. Estado da questão”, *Revista de História das Ideias*, vol. 6, Coimbra, Faculdade de Letras, 1984, pp. 118-119.

⁵ *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica por José Mattoso, vol. II/1, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências, 1980, pp. 130-131.

tréguas, ratificadas em Leiria, nos inícios do mês de Maio, ainda que o conflito se reacendesse em 1323-1324, mas desta vez em terras santarenas.

Mais tarde, quando em tempos fernandinos e joaninos o xadrez político de Portugal implicou conflitos com Castela, de novo Coimbra será envolvida na guerra, até porque era ponto obrigatório no caminho dos inimigos que, entrando pela Beira, visavam atingir Santarém e Lisboa. No ano de 1373, Henrique II de Castela, ao passar pela região, pousou em Tentúgal, enquanto a sua comitiva se instalou na cidade e arredores⁶, havendo escaramuças e destruição de colheitas e moinhos, refugiando-se mesmo os homens de Tentúgal em Coimbra⁷. Alguns anos decorridos, em 1385, quando os castelhanos marchavam para dar batalha ao rei de Portugal, D. João I de Castela instalou-se com a sua companhia no mosteiro de S. Jorge. Entretanto “e por quanto era no mes dAgosto, e o Mondego leuaua pouca agoa, passou a mays de toda a carryagem per so os arcos da ponte. E com alguuns dos que passauom rua dereyta ante a porta que chama dalmedina, foy emvolta huuma escaramuça com os da villa, em que dhuma parte e doutra ouue poucos moortos e feridos. E as gemtes começaram de se estender a roubar a toda a parte, huuns per beira do ryo afumdo comtra Montemoor o Uelho, e dessy a Aueiro, e delles a Ssoire; e trouverom grande roubo, e com elle huuns poucos de lauradores; e mandou-os todos deçepar”⁸. No rasto dos exércitos a região de Coimbra conheceu o saque, a morte, o castigo, o medo. Por isso as donas de Santa Clara saíram do seu mosteiro para se recolherem no paço contíguo, enquanto as de Lorvão procuraram o abrigo das muralhas de Coimbra, instalando-se em casas de cónegos⁹. E como estas, de que ficou memória, terá vindo muita gente anónima na busca da mesma segurança e refúgio.

Depois, quando Coimbra era sede do ducado pedrista e o infante esteve na regência do reino, os homens de cidade e termo teriam sido recrutados pelo seu senhor para as empresas bélicas que apoiou ou levou a efeito. Assim terá certamente partido muita gente da região com o Condestável D. Pedro, quando, a pedido de D. Álvaro de Luna,

⁶ Fernão Lopes, *Crónica do Senhor Rei Dom Fernando nono Rei destes Regnos*, com introd. de Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização, 1966, cap. LXXII.

⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 30.

⁸ Fernão Lopes, *Cronica Del Rei Dom Joham I de Boa Memoria, Parte Segunda*, por William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional, 1977, cap. XXIX.

⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, pp. 32-33.

avançou, em Maio de 1445, até aos arredores de Mayorga, para ajudar o rei de Castela – o que poderá ter envolvido até anteriores desacatos, levando mesmo à ameaça da interdição da cidade pelo seu bispo D. Luís Coutinho¹⁰ – como, em 1449, os conimbricenses rumaram para essa trágica batalha de Alfarrobeira, muitos aí perdendo a vida, e todos sendo manchados com o labéu de traidores do rei e do reino¹¹.

Mas Coimbra foi também centro político em momentos mais pacíficos. Nela se reuniram, possivelmente, as primeiras Cortes do reinado fernandino que tiveram lugar em 1367 ou 1369. D. João I foi escolhido rei nas Cortes de Coimbra de 1385 e posteriormente aqui as voltou a reunir em 1390, 1394, 1397, 1398 e 1400. Depois só em Agosto de 1472, já no governo de Afonso V, as Cortes abriram em Coimbra, mas vieram a ser interrompidas e por fim fechadas em Évora¹².

Grande teria sido o bulício na cidade em Março e Abril de 1385. Para as terras do Mondego rumou a mais alta nobreza e prelazia e os procuradores da maior parte dos concelhos do reino. Com algum desassossego a cidade terá podido acomodar e alimentar tamanha multidão de homens e animais. Mas em festa estaria o seu coração. Como belamente descreve Fernão Lopes: “os da çidade fezeromsse prestes pera hir rreçeber o Meestre, e a cleerezia em proçissom, e os leigos com seus jogos e trebelhos, e desi os fidallos e Comçelhos, que hi eram, todos juntamente de bestas como melhor podiam. E em sse corregemdo hũus e os outros começaram muitos cachopos de sahir fora da çidade, sem lho mamdamdo nẽguem, pello caminho per hu viinham o Meestre, com cavallinhos de canas que cada hũu fazia, e nas maãos canaveas com pemdoões, corremdo todos e bradamdo: *Portugal! Portugal! Por elRei dom Joham! Em boa hora venha o nosso Rei!* E assi forom per mui grande espaço açerca dhũa legoa”. Era, pela voz das crianças, mais inocente ou manipulada, o anúncio da profecia.

Mas, para além das Cortes, outros momentos houve em que Coimbra assistiu a diversas ocorrências da família real, ora mais trágicas, como o assassinato de Inês de Castro ou de Maria Teles, ora mais festivos, como a recepção que o infante D. Pedro prodigalizou a seu

¹⁰ Este acontecimento estudamos no artigo “A Cidade de Coimbra sob ameaça de interdito”, *Revista de História das Ideias*, 22, Coimbra, 2001, pp. 51-69.

¹¹ Sobre o relacionamento de D. Pedro com o seu ducado leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, “O Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, pp. 15-57.

¹² Os acontecimento políticos que tiveram lugar em Coimbra já foram por nós evidenciados no estudo “Coimbra – Uma Cidade em Maturação” (no prelo; a sair num catálogo sobre a ourivesaria coimbrã).

irmão D. Henrique, antes da expedição de Ceuta, ou o enlace de D. Duarte com Leonor de Aragão, que teve lugar no ano de 1428, nos paços de Santa Clara.

Todos estes acontecimentos políticos de alcance nacional, como outros externos de carácter vário, por entre maus anos agrícolas e epidemias, a par dos endógenos de desenvolvimento demográfico, social, económico e religioso, condicionaram a fisionomia da urbe.

A topografia de Coimbra e a ocupação social do espaço haviam desenhado a moldura espacial e humana da cidade já em séculos anteriores. A uma Alta, aristocrática, militar e administrativa, opunha-se uma Baixa plebeia, laboriosa e eixo de comunicações. Na primeira dominavam estrategicamente um castelo e um paço real, a que se agregavam os núcleos religiosos de uma catedral e de quatro colegiadas. Para lá das muralhas e da porta de Almedina pontuava religiosamente, no final da movimentada Rua de Coruche, o rico mosteiro crúzio, além de mais três colegiadas, vindo-se ainda a incorporar, de um e outro lado do rio, outro mosteiro de cónegas e ainda franciscanos e dominicanos. O comércio concentrava-se nessa Rua de Coruche, antecedida, logo ao sair da ponte, pela Rua dos Francos e continuada pela Rua dos Caldeireiros e da Figueira Velha, e os artesãos distribuía-se pelos arruamentos da baixa coimbrã, densamente povoada¹³.

Pacificado o reino, a defesa cedeu lugar ao trabalho. A Alta despovoou-se e a malha urbana adensou-se no espaço plano junto ao rio e vias de comunicação. Mas tal não era cenário aconselhável em tempos de guerra. Por isso D. Fernando preocupou-se com a reparação da cerca de Coimbra, determinando, em 1373, que todos os homens do termo servissem nas obras dos muros e barbacãs da cidade. As muralhas viram-se reforçadas em pontos estratégicos com novas torres, como a Torre Nova ou Torre das Mulheres e talvez ainda outras duas

¹³ Uma panorâmica da cidade de Coimbra nestes séculos XII e XIII traçámos no nosso estudo "Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra", *Actas do Congresso Internacional "Pensamento e Testemunho". 8º Centenário do Nascimento de Santo António*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1996, pp.179-205. Como obras mais actualizadas sobre o mosteiro de Santa Cruz, em diversas vertentes, consulte-se *Livro Santo de Santa Cruz. Cartulário do século XII*, ed. por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica 1990, com um estudo introdutório da instituição pela primeira autora; Armando Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII-XV. História e Instituição*, 2 vols., Lisboa, Faculdade de Letras, 1996 (dissertação de doutoramento policopiada); Saul António Gomes, *In limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de doutoramento policopiada).

que resguardavam a porta de Almedina, na direcção da Torre dos Sinos de Santa Cruz. Mais afadigadamente empenhou-se o monarca em povoar essa área amuralhada. Concedeu então, entre os anos de 1372 e 1377, vários privilégios aos moradores da cidade de índole militar, fiscal, social e comercial. Assim os moradores da Almedina só deviam possuir armas, estando dispensados de ter cavalo, não pagavam sisa do que comerciassem dentro da cerca e vendiam aí sem almotaxaria, não lhes poderiam ser tomados bens pelos oficiais dos infantes e da família real e teriam prioridade face aos homens do arrabalde no recrutamento de servidores, alto favor em anos de escassez de mão-de-obra¹⁴. Favorecia o comércio intra-muros, já animado desde tempos de Afonso III por um mercado semanal, com uma feira anual que decorria de 15 de Setembro a 15 de Outubro e se situava no “curral” dos seus paços. Se os privilégios fernandinos levaram alguns vizinhos a deslocarem-se para o intra-muros para deles usufruírem, esta criação da feira, numa espacialidade contrária às naturais linhas de comércio, não serviria à cidade, vindo D. João I a transferi-la, em 1391 para fora da cerca¹⁵.

Em consentâneo, na colina da cidade, erguera-se outro foco dinamizador de gentes e actividades que não menos de conflitos. O Estudo Geral, transferido de Lisboa para Coimbra em 1308, instalou-se na acrópole, num primeiro momento até 1338, para aí regressar, alguns anos depois, e permanecer de 1354 a 1377. Se o Estudo atraiu os escolares e seus servidores para a parte alta da cidade, também nela provocou mal-estar entre os comuns residentes e uma população estudantil abundantemente privilegiada pelos monarcas. E tão fortes se mostraram as tensões que já D. Fernando, em 1370, pensava mudar o Estudo para o arrabalde para não contrariar os seus propósitos de pacificamente povoar a Almedina, acabando mesmo, numa atitude mais radical, por transferir, de novo, o Estudo para Lisboa¹⁶.

¹⁴ Quanto à actuação de D. Fernando em Coimbra, veja-se o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo”, pp. 336-337 e 346-347.

¹⁵ Sobre esta dinâmica comercial de Coimbra, leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, “A Feira de Coimbra no contexto das Feiras Medievais Portuguesas”, in *Ócio e Negócio*, Coimbra, Inatel, 1998, pp. 1-45.

¹⁶ Sobre esta temática da presença do Estudo em Coimbra, leia-se o nosso já citado artigo, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo”, pp. 335-356. E sobre a Universidade em contexto amplo, consulte-se *História da Universidade em Portugal*, vol. I, t. I (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra – Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

Mas se Coimbra é uma urbe, na sua essência, axializada por esta dicotomia entre a Alta e a Baixa, ela é também uma cidade polinuclear. Saindo pela porta do Castelo chegava-se ao burgo de Celas de Guimarães, em que pontuava, como eixo ordenador do espaço, o mosteiro feminino cisterciense de Celas, erguido nas primeiras décadas do século XIII, pelas vontades das filhas de D. Sancho, Teresa e Sancha¹⁷. Por sua vez, no caminho para Ceira, os cónegos de Santo Agostinho implantaram uma outra sua casa, o mosteiro de S. Jorge. Entretanto os Mendicantes, esmoleres e pregadores por excelência, instalaram-se às portas da cidade, nas duas margens do Mondego¹⁸. A margem esquerda do rio, que já se animava com um convento franciscano masculino, será reforçada no seu protagonismo monástico com a instalação de um outro de clarissas. Projecto lançado em finais de Duzentos, será todavia plenamente concretizado pela vontade da rainha Santa Isabel, já contando com freiras em 1317, ainda que as obras da casa e igreja se prolongassem pela década seguinte¹⁹. Acresce que este centro monástico se redimensionava com os paços que a rainha junto a ele mandara erguer e já existiriam em 1326, para além do hospital que lhe acrescentou em 1327, em que quinze homens e quinze mulheres poderiam ser tratados. O burgo de Santa Clara, passagem obrigatória de viandantes e peregrinos, que do sul rumavam à cidade ou mais a norte, tornou-se na centúria de Trezentos um animado pedaço do tecido urbano conimbricense. Em vida da Rainha Santa Isabel, e sobretudo depois da sua morte, o mosteiro que guardava a relíquia do seu sacro corpo era roteiro obrigatório nos caminhos da fé e rogo de milagres dos homens de todo o reino²⁰. O hospital da Rainha Santa,

¹⁷ Esta casa monástica foi estudada por Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (Séculos XIII a XV)*, Porto, 1991 (dissertação de mestrado policopiada).

¹⁸ Sobre os primórdios de S. Domingos leia-se o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho e João José da Cunha Matos, "O convento velho de S. Domingos de Coimbra (contributo para a sua história)", *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. III/2, Porto, 1986, pp. 41-54.

¹⁹ Sobre a primitiva fundação do mosteiro de Santa Clara, consulte-se Ana Paula Pratas Figueira Santos, *A fundação do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra. (Da instituição por D. Mor Dias à intervenção da rainha Santa Isabel)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 2000 (dissertação de mestrado policopiada).

²⁰ Sobre o culto e milagres da Rainha Santa, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, "Superstição, Fé e Milagres", in *Ócio e Negócio*, pp. 110-115, 120-124. E quanto à Rainha Santa consulte-se a magna obra de Augusto Garcia Ribeiro de Vasconcelos, *Evolução do culto de Dona Isabel de Aragão, esposa do rei lavrador, Dom Dinis de Portugal*, 2 vols., Coimbra, 1894.

que adensava, com uma outra grandeza, o corpo de pequenas albergarias, hospitais, confrarias, gafarias e mercearias que se dispersavam pela cidade, era outro pólo atracção que chamava pobres, peregrinos e doentes, convidando os cidadãos e forasteiros à prática da caridade. Finalmente o paço da Rainha será acolhimento de gente nobre, em estadias mais longas como as de Inês de Castro ou mais breves, quando a corte itinerava em contextos de paz ou guerra.

E foram sempre os espaços junto do Mondego, rio cada vez mais animado pelo activo fluxo de trocas que o percorria, do litoral até ao interior, que se preencheram com mais casas de habitação, comércio e artesanato nos séculos XV e XVI. O mosteiro crúzio, concorrenciado por Santa Clara em Trezentos, relançará a sua fama e nomeada em meados da centúria seguinte, reavivando-se o culto aos Mártires de Marrocos²¹, para ser casa arquitectonicamente embelezada e politicamente prestigiada com D. Manuel, já que nela repousavam os reis fundadores da monarquia. E com o Venturoso Coimbra foi cidade enobrecida com várias obras, não sendo uma das menores a construção do Hospital Novo na praça de S. Bartolomeu²². Mas a centúria de Quinhentos, que transformará Coimbra, definitivamente, numa cidade universitária de Estudos e Colégios é já capítulo para os modernistas abordarem.

Quisera ainda, situando-me na medievalidade coimbrã, passar da paisagem urbana e dos acontecimentos para os seus homens, compondo a sociografia e a sociabilidade urbanas. Esse o desejo, mas de difícil concretização.

Na realidade, a definição do tecido social exige o cruzamento de grande massa de informações. Não havendo, na Idade Média, fontes específicas para estudar esta temática, nenhuma pode ser descurada. Logo havia que ser encetada uma vasta investigação, que não se compadece com o trabalho de uma só pessoa, mas sim de uma equipa. Que terá, sem dúvida, de se constituir para recriar o social urbano de Coimbra.

Os trabalhos que já demos a lume sobre esta cidade fizeram-nos conhecer alguns dos homens que integravam o escasso número das elites urbanas. Desde logo a elite do poder e a elite do dinheiro, se é que ambas não são indissociáveis.

²¹ Uma síntese sobre a vida e culto dos Mártires de Marrocos se pode ler em Maria Helena da Cruz Coelho, "Superstição, Fé e Milagres", in *Ócio e Negócio*, pp. 103-110, 115-130.

²² Apresentamos um estudo do mesmo na comunicação "A assistência em Coimbra em tempos medievais – O Hospital Novo de Coimbra", a sair nas Actas do III Congresso Histórico de Guimarães.

Coimbra era concelho que enraizava o seu passado em longínquas eras de Reconquista. Como ouvimos, Sesnando fizera-a povoar segundo usos e costumes próprios, que o imperador Afonso VI sancionou, o conde D. Henrique reconheceu-lhe direitos e deveres específicos no foral de 1111 e D. Afonso Henriques aumentou-lhe os privilégios, que se igualavam aos de Santarém e Lisboa, em carta de 1179²³. O concelho sofrerá, nos séculos XIV e XV, as transformações de todo o quadro municipal medievo. Internamente verá surgir os vereadores e conhecerá um governo municipal centrado numa câmara que reunia os principais oficiais concelhios – alvazis, vereadores, procurador, tesoureiro – e alguns homens bons. Receberá, por ordem régia, a visita de corregedores que inspeccionavam o funcionamento dos concelhos da sua comarca, e terá sentido também, em certos períodos, a presença de juízes de fora ou juízes por el-rei, que substituíam a justiça própria do concelho. Pontualmente, sabemos que havia um paço acerca da Sé, onde se reunia o concelho, enquanto em 1378 era já na “torre da vereação”, por certo a Torre da Almedina, que as autoridades de Coimbra se congregavam. Era também na Alta, onde se alojavam os oficiais régios, que estanciava o corregedor²⁴. E não menos nos é dado a conhecer que havia vereadores em Coimbra, pelo menos já em 1346, ainda que esta data possa vir a ser retroactivada, e um juiz por el-rei mantinha a ordem na cidade em 1343²⁵. A nomeação destes juízes para os concelhos oscilava, como se sabe, consoante as conjunturas e as urgências que os monarcas tinham em controlar certas cidades, tema interpelante que esperamos vir a desenvolver. Em Coimbra, sabemos que a actuação de um juiz da confiança do regente D. Pedro teria causado mal-estar no concelho e até mesmo revoltas que o regente teve de pacificar²⁶.

Socialmente, a elite dirigente, como já o escrevemos, consubstanciava-se numa pequena nobreza, de proprietários rurais e mercadores, podendo-se encontrar ainda na vereação, a título individual, alguns dos mais grados mesteirais²⁷. Estes homens detinham o poder municí-

²³ Esta génese do concelho coimbrão é estudada por Maria Helena da Cruz Coelho em “A propósito do foral de Coimbra de 1179”, in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 105-120.

²⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo”, p. 337.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 343.

²⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “O Infante D. Pedro...”, pp. 48-50.

²⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, Joaquim Romero Magalhães, *O Poder Concelhio. Das Origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 27.

pal, mas alcançavam outros poderes. Desde logo o económico, associando, no século XIV, o circuito comercial ao da produção agrícola. Possuíam ou exploravam terras alheias, mormente da clerezia, eram rendeiros dos direitos da Igreja ou do rei, dominavam o circuito do abastecimento urbano. Na cidade supervisionavam a fiscalidade e contabilidade municipais. Estendiam o seu poder às instituições de assistência urbanas e desempenhavam várias missões que um município exigia, como, por exemplo, a de procuradores às Cortes. Alguns guindaram-se de oficiais locais a oficiais régios com actuação local, reforçando o alcance da sua influência e dominância, num jogo de conluios e favores. Firmavam a coesão do seu pequeno grupo, que queriam restrito e fechado, com estratégias familiares precisas, que envolviam casamentos entre as principais famílias da aristocracia urbana e, sempre que podiam, colocavam algum filho como cónego da Sé ou de uma importante colegiada, faziam ingressar um outro no Estudo, que o poderia levar a uma auspiciosa carreira de oficial régio, e destinavam alguma filha a um poderoso mosteiro feminino da região, assim entrelaçando o poder civil com o religioso e o poder local com o central²⁸.

E quando em Coimbra se sediou o Estudo, até esta instituição de saber as elites do poder quiseram dominar. Tal foi o caso do mercador Estêvão Domingues de Vouzela. Foi alvazil de Coimbra em 1366, em 1378 e em 1383, sendo seu ouvidor em 1379. Mas em 1368 vemo-lo também como conservador do Estudo. Como foi conservador do Estudo um filho de um outro mercador, João Esteves de Moreira, ele mesmo comerciante de azeite, ao mesmo tempo que desempenhou os cargos de procurador do concelho e conservador dos moradores da Almedina²⁹.

Inequivocamente, na Coimbra trecentista, as elites do dinheiro eram as elites do poder. Mas estes mercadores, como bons negociantes, sempre intentavam enraizar a sua fortuna móvel na posse de terra, reforçando as redes do seu comércio e assimilando os seus interesses aos dos proprietários, como se pode demonstrar nos pedidos que estas elites apresentavam ao rei em Cortes³⁰. Já traçamos o perfil desta

²⁸ Genericamente o perfil das elites urbanas foi traçado no nosso estudo “O Estado e as Sociedades Urbanas”, in *A Génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval. (Séculos XII-XV). Ciclo de conferências*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 269-292.

²⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo”, pp. 348, 351-352; “Homens e Negócios”, in *Ócio e Negócio*, p. 140.

³⁰ Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *ob. cit.*, pp. 27-28.

oligarquias mercantis num estudo sobre homens e negócios de Coimbra, quando individualmente demos a conhecer o rico mercador de panos de lã, Estêvão Domingues Escada, que tinha a sua loja nas imediações das escadas que, da Rua dos Francos, dava acesso à Igreja de Santiago³¹. A sua fortuna é-nos revelada, uma vez que uma filha do seu primeiro casamento ingressou no mosteiro das clarissas e, à morte do pai, os bens do mercador foram repartidos com aquela instituição. E assim conhecemos o seu cabedal em bens móveis – panos, roupa de cama e mesa, vestuário, objectos de ouro e prata, utensílios domésticos e agrícolas, géneros, dinheiro, que tantas vezes emprestava – e imóveis, como casas na Rua de Francos e dos Tintureiros e um olival em Eiras, património que poderemos assimilar, ainda que em grandezas variáveis, ao de tantos outros mercadores.

Mas se Coimbra é terra de mercadores, como de pequenos e médios comerciantes, não o é menos de artesãos, que nesta cidade, de longa tradição moçárabe, estavam já perfeitamente estruturados em arruamentos e unidos em confrarias nesta centúrias de Trezentos e Quatrocentos. Gente laboriosa, trabalhando para o abastecimento da cidade em géneros e bens, raramente, porém, terão fugido de uma mediania económica e logrado alcançar grandes fortunas ou singulares protagonismos. Dominavam-nos os mercadores que lhes vendiam as matérias-primas e lhes tabelavam o preço dos produtos. Do mesmo modo interdavam-lhes o acesso ao poder, negando a sua presença nas vereações e o acesso a cargos³².

Mas neste tecido artesanal também havia elites. Assim a dos ourives, que já um pouco aclarámos³³. Possuíam estes artífices bens imóveis, sobretudo vinhas e olivais no aro peri-urbano, e emprazavam

³¹ Maria Helena da Cruz Coelho, “Homens e Negócios”, in *Ócio e Negócio*, pp. 127-202.

³² Sobre os mesterais em contextos e espacialidades amplas veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “O Povo – a identidade e a diferença no trabalho”, in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 278-282; e sobre os mesteres Saul António Gomes, “A produção artesanal”, in *ob. cit.*, pp. 476-486; Maria Helena da Cruz Coelho, “O Trabalho do Portugal Medieval”, in *Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais (29 de Junho a 4 de Julho de 1998)*, vol. I, Cascais, Câmara Municipal, 1999, pp. 75 a 92 e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 115-122.

³³ Fizemo-lo no artigo que deve justamente preceder um catálogo da ourivesaria conimbricense medieval, “Coimbra – Uma Cidade em Maturação”, no prelo.

outras das instituições eclesiásticas. Tinham criados domésticos e de profissão. Apresentavam-se como servidores e procuradores de mosteiros. Testemunhavam actos escritos. Pesavam a prata que religiosos e leigos levavam às suas lojas. Eram penhoristas e avalistas. Com tal comportamento socioeconómico não admira que figurem distinguidamente, bem no final da procissão de Corpo de Deus, onde seguia o Santíssimo, junto dos mercadores de panos de cor³⁴. E era com mercadores e tabeliães que os ourives disputavam a afamada Rua de Coruche.

Nesta associação, uma nova elite urbana emerge – a dos homens da escrita. Dominando uma arte desconhecido para a maioria dos homens medievais, que eram analfabetos, e cada vez mais necessária, já que pelos actos escritos se firmavam os negócios nos séculos XIV e XV, alguns destes profissionais impõem-se na tessitura social. Conhecem a riqueza ou as necessidades dos que a eles recorrem para escreverem contratos ou obrigações de empréstimos, ou mais intimamente apercebem-se do perfil humano e moral de outros, quando lhes redigem testamentos ou cartas de composição e perdão. E para além de se fazerem pagar bem pelo seu trabalho, não poucas vezes abusando, ganhando dinheiro que depois investem em imóveis rústicos ou urbanos, estabelecem ainda redes de clientelagem com os mais poderosos, nobres e eclesiásticos, que os ajudavam a firmar-se numa constelação cimeira. Por isso, frequentemente, são testamenteiros, procuradores, inquiridores, árbitros de contendas e demarcações, inspectores militares ou porta-vozes às Cortes³⁵.

Não admira assim que um tabelião de Coimbra, João Lourenço, seja cavaleiro e casado com uma filha de Afonso Peres Britacampos, que fora alvazil geral da cidade e pertencia à burguesia urbana³⁶. Foi atingido pela Pesta Negra de 1348, mas porque sabia escrever, pôde redigir o seu próprio testamento que nos elucida sobre as suas redes de solidariedades e expectativas salvíficas. Faz-se sepultar em Santa

³⁴ Maria João Violante Branco Marques da Silva, “A Procissão na Cidade: reflexões em torno da festa de Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa”, in *Actas de “A Cidade”*. *Jornadas Inter e Pluri-disciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 209-210.

³⁵ Sobre esta caracterização do tabelionado, consulte-se o artigo de Maria Helena da Cruz Coelho, “Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV)”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 23, Sevilla, Publicaciones de la Universidad, 1996, pp. 173-211.

³⁶ Uma pequena apresentação desta família Britacampos se encontra em Maria Helena da Cruz Coelho, “Povo – a identidade e a diferença no trabalho”, in *ob. cit.*, pp. 291-292.

Justa, na igreja de que é freguês. Institui uma capela para sufrágio da sua alma. Agracia as diversas instituições religiosas da cidade, entre igrejas e mosteiros, e distribui dinheiro pelas várias confrarias de que é confrade. Contempla familiares, entre eles uma sobrinha freira de Santa Ana. Deixa enfim o cavalo e armas ao filho, transmitindo-lhe o seu estatuto de cavaleiro³⁷.

Pelo saber e domínio da escrita, os tabeliães facilmente estabelecem laços entre a nobreza e os eclesiásticos, o que deverá ser devidamente aprofundado. Mas para tal termos de conhecer bem as origens sociais da clerezia. E só muito recentemente os estudos se estão a voltar para uma sociografia do clero secular, dos prelados aos cónegos das catedrais ou colegiadas, estando Coimbra também a ser alvo de investigações nesse campo³⁸. Como algo se vai aprofundando sobre o recrutamento do clero regular, em particular da donas oriundas da aristocracia ou burguesia urbanas, que se acolheram aos mosteiros femininos da cidade ou arredores como Lorvão, Celas ou Santa Clara³⁹.

Só com toda esta conjugação de estudos as elites urbanas serão plenamente apreendidas na sua composição social, nas suas estratégias de aliança ou exclusão e nos seus comportamentos individuais e colectivos. Mas tal não exigirá menos uma perfeita apreensão de toda a sociedade de onde emergem esses pequenos grupos que são as elites, as quais, como corpos restritos, fechados e coesos, tutelam a massa dos vizinhos das cidades e mais ainda subjugam e oprimem o vasto número dos moradores do termo. E toda essa gente comum, obreira ou sem trabalho, enquadrada ou marginal, ordeira ou desordeira, remediada ou pedinte, tem também de entrar para a História, para a História de Coimbra.

³⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra", in *Homens, Espaços e Poderes*, vol. I, pp. 60-77.

³⁸ Recentemente duas teses foram elaboradas sobre colegiadas de Coimbra – Carla Patrícia Rana Varandas, *A Colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV. Estudo económico e social*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1999 (policopiada) e Maria Cristina Gonçalves Guardado, *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais. (Das origens ao início do séc. XV)*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1999 – encontrando nelas, especialmente na segunda, algumas informações sobre esta matéria.

³⁹ Para além dos já citados trabalhos sobre Celas e Santa Clara, consultem-se, para Lorvão, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria de Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997 (dissertação de mestrado policopiada); Maria Alegria Fernandes Marques, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp.75-180.

Porque Coimbra, simbolicamente representada no seu selo por uma mulher, só será cidade mais compreendida e amada, como o foi outrora por Pedros, quando as suas mulheres e os seus homens se nos revelarem na abrangência do seu quotidiano e extraordinário, na amplidão dos seus protagonismos e comportamentos, na diferenciação das suas culturas e crenças, e nas expectativas das suas vivências reais e imaginárias.